

A Contribuição do Geoprocessamento à Análise da Qualidade de Vida em Escala Local*

Marta Foepel Ribeiro**

RESUMO

Este artigo tece algumas considerações acerca de conceitos como “exclusão social e qualidade de vida”, chamando a atenção para a importância da inclusão da dimensão ambiental nos procedimentos analíticos de estudos voltados à avaliação da qualidade de vida, mais particularmente, em ambientes urbanos. O texto aborda também a relação entre o processo de crescimento dos centros urbanos nos países perifé-

ricos e a qualidade de vida da população. Por fim, ressalta a importância cada vez crescente do uso do Geoprocessamento em estudos do meio urbano, representando uma ferramenta estratégica para a construção de um projeto de desenvolvimento local, uma vez que pode fornecer subsídios para a tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVE:

Qualidade de Vida; Exclusão Social; Meio Urbano; Geoprocessamento.

CONCEPÇÕES SOBRE “EXCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA”

Conceitos como “exclusão social e qualidade de vida”, como também a função política e pragmática de indicadores das condições de vida das parcelas mais pobres da população dos países periféricos, vêm sendo discutidos em fóruns internacionais e por entidades que trabalham no campo do desenvolvimento social.

O conceito-síntese “exclusão social” foi cunhado no “mundo industrializado” para se referir aos

novos mecanismos de disseminação da pobreza e de emergência de novos pobres

na Europa, em situações nas quais os imigrantes internacionais formam os componentes da população mais desvalida, e em contextos de contrastes étnicos, religiosos e culturais. (Gaudier apud Herculano, 1998, p. 11)

Faria (apud Herculano, 1998) chama a atenção para o caráter articulador desse conceito, uma vez que integra as noções de pobreza, privação, vulnerabilidade, falta de acesso a equipamentos de consumo coletivo, serviços e valores, a direitos sociais e políticos, em suma, à cidadania. Neste sentido, o estudo da *exclusão social* não apenas diz respeito ao estudo dos mecanismos e dos processos relacionados diretamente com a produção, manutenção e reprodução da pobreza, mas também aqueles relativos à fragilidade institucional democrática, em que faltam edu-

cação, participação política, exercício da cidadania, enfim, aspectos agora reconhecidos também como geradores de pobreza, portanto retro-alimentadores e disseminadores da exclusão.

O conceito de “qualidade de vida”, por sua vez, é, na visão de Silva (1996), complexo, de difícil manejo, de conteúdo ambíguo, além possuir caráter subjetivo e qualitativo. Talvez, por isso, caiba aqui a colocação de Herculano (1998, p. 79) ao parafrasear a referência da poeta Cecília Meirelles à liberdade: “qualidade de vida é algo que ninguém saberia definir, mas que todos entendem o que é.” Conforme a autora, provavelmente em virtude deste ponto de vista, a ênfase dos estudos sobre qualidade de vida enfoque predominantemente a sua mensuração, ficando embutidos na escolha sobre o que mensurar os pressupostos do que se entende que venha a compor a qualidade de vida.

Herculano (1998) afirma que a avaliação ou mensuração sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta tanto por meio do exame da capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades, como também pela avaliação dessas necessidades, em função dos graus de satisfação e dos patamares desejados. É possível, deste modo, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que é alcançado, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (Scanlon apud Herculano, 1998.) ou a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor.

A qualidade de vida constitui-se das condições para “efetivação e externalização plenas e livres dos poderes e capacidades do indivíduo” (Elster, 1992; Sem, 1993 apud Almeida, 1997, p.16), isto é, quanto melhor a qualidade de vida, maiores são as condições que alguém possui para realizar suas potencialidades.

A avaliação da qualidade de vida possui caráter relativo, porque, primeiramente,

implica em uma tentativa de comparação e medição de situações individuais e coletivas distintas, segundo os países e respectivos grupos sociais. Em segundo, introduz uma valorização de horizontes desejáveis para os grupos sociais na superação de suas diferenças ao introduzir pressupostos como a possibilidade de comparabilidade e a existência de níveis de qualidade de vida e indicadores objetivos, supostamente desejáveis para as distintas categorias sociais, reforçando seu caráter de tensão entre o desejável e o possível. (Barbosa apud Silva, 1996, p. 197)

Com base nesta consideração, o conceito de qualidade de vida consolidou-se como variável ou imagem objetiva no processo de planejamento e de tomada de decisão. Por outro lado, esse conceito também é considerado socialmente difuso, pois sua interpretação parte de uma visão essencialmente subjetiva, política e ética, exprimindo juízos de valor (Silva, 1996).

O estudo sobre qualidade de vida parte de um pressuposto básico que é

poder expressar conceitualmente as condições ecológicas e sociais características de um espaço ocupado e explorado pelo homem, com garantias de satisfação de suas necessidades mediante o uso de recursos da natureza e de objetos construídos pelo homem. Um conceito normativo que envolve o qualitativo, mas que se exprime quantitativamente por seus componentes. (Silva, 1996, p. 198)

Na visão de Herculano (1998), qualidade de vida não deve ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, por intermédio das oportunidades efetivas – garantidas pelas realizações coletivas, passadas e presentes – das quais as pessoas dispõem.

Cobb (apud Herculano, 1998), ao contrário, insiste em dizer que é preciso criar indica-

dores e índices, em termos monetários, que ajudem a construir um futuro mais desejável e seguro. O autor admite que os indicadores alternativos padecem da fragilidade justamente por não estarem expressos em termos monetários, como o PIB, por exemplo. O autor também defende a idéia de que os valores monetários, as estatísticas e as porcentagens, além dos indicadores deles derivados e sua expressão em índices são muito úteis, uma vez que possuem poder de concisão e facilitam a tomada de decisão.

No final da década de 80 começaram a ser estudados os indicadores ambientais, os quais correspondiam a modelos que procuravam descrever as formas de interação das atividades humanas com o meio ambiente, reforçando o entendimento deste, conforme visão de Ribeiro (1997, p. 239), como “locus de práticas sociais e culturais”. Tais indicadores buscaram se referir: ao estado físico ou biológico do mundo natural; às pressões das atividades humanas que causam modificações nestes estados; ou ainda, a indicadores das medidas da política adotada como resposta a estas pressões, na busca da melhoria do meio ambiente ou da mitigação da degradação (Herculano, 1998).

É importante a incorporação da dimensão ambiental em índices de qualidade de vida, pois, segundo a autora, as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas morarem e trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos, conviverem com águas sujas, respirarem poluentes e habitarem compactamente “selvas de pedra” deprimentes, onde as cores predominantes sejam os tons de cinza do cimento e do asfalto. Da mesma forma, não se pode considerar que uma pessoa usufrua de boa qualidade de vida, uma vez que viva em cenários sadios e tranquilos, mas sem acesso à educação, aos serviços de saúde e à tecnologia contemporânea, tampouco pode ser bom ter tudo isso se não se tem um ambiente natural e saudável em torno.

Enfatizando a dimensão ambiental nos estudos sobre *qualidade de vida*, Herculano (1998, p. 92) define este termo como

a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais.

Silva (1996) chama a atenção para o fato do conceito de qualidade de vida não poder ser estudado apenas considerando-se o seu nível normativo, mas também deve-se levar em consideração as percepções individuais, as quais são influenciadas pela cultura e educação dos indivíduos. Daí, torna-se cada vez mais necessário aprofundar o conceito de qualidade de vida e os procedimentos metodológicos utilizados em estudos nesta direção, principalmente quando são analisadas experiências em nível local.

A preocupação com a necessidade de gerar análises a partir de escalas em nível local também é evidenciada por Herculano (1998). A autora entende que os pontos indicativos de qualidade de vida devem ser desagregados, isto é, mensurados sobretudo localmente, a partir da identificação de microespaços minimamente homogêneos, como a favela, o bairro ou os distritos municipais. A autora afirma que a ênfase na escala local de análise possibilita tomar decisões e medidas contra a estratificação social ou segregação espacial, o que poderá repercutir na

luta contra a desigualdade socioeconômica, bem como na necessidade de se investir em políticas preservacionistas. Portanto, a definição de um índice de qualidade de vida em nível local poderá contribuir para nortear políticas locais, em um esquema comparativo da alocação de recursos.

Xavier-da-Silva et al (1999), ao considerarem o ponto de vista operacional, afirmam que o pesquisador deve basear-se em um esquema de fracionamento da realidade perceptível, ou seja, em “níveis de causalidade”. Em estudos do meio urbano a análise espacial fundamenta-se no “nível de causalidade local”, que tem como objetivo principal definir a presença de fatores ambientais (físicos e socioeconômicos) que, em princípio, sejam contribuintes ou representem impedimentos à obtenção de boa qualidade de vida para a população.

A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE CRESCIMENTO DOS CENTROS URBANOS NOS PAÍSES PERIFÉRICOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Conforme Silva (1996), o processo de crescimento dos centros urbanos nos países periféricos possuiu uma dinâmica própria, marcada por desajustes estruturais que sempre influenciaram decisivamente a qualidade de vida da população. No Brasil, relatórios de Organizações Não Governamentais - ONGs - e de movimentos sociais previam para o ano 2000 que 80% da população estariam vivendo nos centros urbanos brasileiros, configurando uma situação bastante preocupante quanto à questão ambiental urbana, com base nas seguintes constatações: em 1992, dos 113 milhões de pessoas que viviam nas cidades, 75 milhões não dispunham de esgoto sanitário, 20 milhões não contavam com água encanada e 60 milhões apenas tinham acesso à coleta de lixo; e somente 3% do total do lixo coletado tinham disposição final adequada, en-

quanto outros 63% eram lançados em cursos d'água e 34% a céu aberto.

Uma das causas apontadas para explicar os impactos significativos na qualidade de vida da população urbana brasileira é a exígia da ação do Estado (em suas diferentes esferas de governo) na proteção e na prevenção de danos ao meio ambiente nas grandes cidades. (Kowarick, 1979; Valladares, 1981; Santos, 1993 apud Silva, 1996). Como decorrência desse contexto, tem-se o recrudescimento de assentamentos humanos empobrecidos em locais inadequados para moradia, como várzeas, locais de drenagem, fundos de vale, áreas de alta declividade, áreas de proteção de mananciais, margens de córregos, ou ainda, áreas destinadas a usos de equipamentos de consumo coletivo institucionais como parques, praças e jardins. Esses aspectos acarretam repercussões no cotidiano das populações urbanas, que frequentemente enfrentam ou convivem com diferentes problemas ambientais (Sachs apud Silva, 1996). Essa problemática socioeconômica e ambiental determina graus de diferenciação na qualidade de vida das populações urbanas, sendo mais pronunciados conforme o ambiente habitado cotidianamente e sua posição em relação às políticas setoriais de desenvolvimento urbano.

Portanto, inserida no contexto exposto, a noção de qualidade de vida está comumente relacionada ao nível de acesso aos serviços de saúde, transportes, saneamento básico, educação, moradia e à capacidade de seus habitantes de atender às necessidades de alimentação, lazer e cultura, entre outros (Barbosa, 1982; Gutman, 1980 apud Silva, 1996). Assim sendo, os problemas ambientais urbanos que interferem na qualidade de vida das populações são impostos por questões socioeconômicas, políticas e culturais, derivando disto que tantos serão os problemas ambientais identificados na cidade quantas forem as percepções das populações da diversidade de situações concretas no meio ambiente urbano. Daí, ser necessário captar e analisar

como as populações percebem a questão ambiental num contexto fortemente marcado pela diversidade nos níveis de qualidade de vida (Jacobi, apud Silva, 1996).

Em geral, considera-se que o meio ambiente urbano está presente de duas formas: o natural e o construído. O meio ambiente natural resulta da evolução de processos naturais, que obedece à escala temporal geológica, e localiza-se tanto no interior das cidades como para além das aglomerações urbanas. No interior das cidades, o meio ambiente natural encontra-se destituído de diversas características originais e está presente no meio construído na forma de áreas de lazer, como parques, jardins, unidades de conservação e de outros equipamentos de consumo coletivo (Moraes apud Grazia et al, 2001).

O meio ambiente construído decorre da ação do conjunto da sociedade ao produzir espaço. A diversidade de elementos que compõem o meio ambiente construído, como sistemas sanitários, de circulação viária, assim como os demais equipamentos urbanos que dão suporte às atividades produtivas, é resultado do conhecimento técnico aplicado à transformação da natureza e introduz valor no espaço (Santos apud Grazia, 2001). Nos espaços urbanos, a distribuição desses elementos é desigual entre os seus cidadãos, ou seja, entre aqueles que têm acesso a bons serviços (infra-estrutura e transporte, por exemplo) e os que vivem em comunidades carentes, portanto, sem infra-estrutura e em condições precárias de vida.

Nas grandes cidades, principalmente dos países periféricos, o ambiente torna-se o palco da exclusão social e da segregação espacial, na medida em que os recursos naturais são apropriados de forma desigual e os interesses privados se contrapõem aos interesses coletivos. As parcelas menos favorecidas da população são consideradas excluídas por processos políticos, quadro evidenciado nos aspectos socioeconômicos e na sua participação nos processos de decisão, além da falta de acesso de modo igualitário a recursos e a oportunidades. Essas parcelas menos favore-

cidas da população encontram-se especialmente em situações de risco, porque não desfrutam de estabilidade de moradia, faltam-lhes os serviços básicos urbanos, enfrentam condições desiguais de ambiente e de saúde, ou ainda porque podem ser excluídos, (deliberadamente, inclusive) do mercado formal de moradia e de acesso a serviços (Santos et al., 1999). Esta situação é ressaltada por Vainer (2000, p. 119) ao afirmar que mesmo os segmentos organizados do sindicalismo representante da prestação de serviços públicos urbanos e do movimento popular têm dificuldades em perceber “a dimensão estratégica da cidade que, cada vez mais, se apresenta como espaço e objeto privilegiados da luta política e reivindicatória, da constituição de identidades e da construção de alianças.”

Na visão de Santos (1997), o espaço, seja ele urbano ou rural, é produzido e valorizado a partir das relações que se estabelecem entre quatro elementos: a população, as instituições, as empresas e o meio ambiente no qual eles se localizam. Esses quatro elementos encontram-se em interação permanente e desigual, o que, no caso das cidades, origina espaços urbanos segregados, degradados ou qualificados em expressões que apontam para a desigualdade espacial.

Nos grandes centros urbanos de países periféricos, como resultados de dinâmicas sociais, naturais ou da associação de ambas, são percebidos o aumento da exclusão social e, na escala territorial, uma maior evidência da segregação espacial. Para que a exclusão social e, conseqüentemente, a segregação espacial sejam reduzidas, é preciso assegurar às populações com condições socioeconômicas mais precárias o acesso à moradia, a financiamentos, à infra-estrutura, a serviços sociais básicos, a redes de segurança e à sua participação nos processos de decisão em ambiente urbano (Santos et al., 1999). Nesta direção, Anderson (apud Ribeiro, 1997, p. 239) destaca a necessidade de “defesa de ângulos do planejamento que corresponderiam a reais con-

quistas sociais e cuja perda agravaria o nível observado de exclusão social”.

Nesse sentido, instrumentos de leitura e de mensuração de qualidade de vida devem permitir a comparação de características físicas e socioeconômicas a que estão submetidas diversas parcelas da população, bem como suas possibilidades de acesso à melhoria ou à manutenção de condições de vida desejáveis. O Geoprocessamento representa um desses instrumentos de leitura, de interpretação e de análise da realidade. Além da espacialização da informação, proporciona maior acessibilidade, precisão e velocidade na sua obtenção e no seu processamento. Ganha importância cada vez maior na elaboração e na implementação de planos e estratégias de planejamento urbano¹, pois propicia conhecer melhor o espaço e a sociedade que o produz, possibilitando espacializar as relações entre os dois, de forma mais ágil, como subsídio à tomada de decisão (Veiga, 1999). As facilidades que o Geoprocessamento vem oferecendo à operacionalização e à empiricização nos estudos sobre *qualidade de vida* decorre das possibilidades de testar hipóteses, utilizando grandes volumes de dados e entrecruzando diferentes planos de informações sobre temas relativos ao perfil socioeconômico da população e às características físicas.

O GEOPROCESSAMENTO APLICADO A ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MEIO URBANO

Considera-se aqui que qualquer proposta de desenvolvimento local em áreas urbanas deve necessariamente envolver todas as partes de forma participativa e engendrar possibilidades de redistribuição dos recursos públicos e privados para que formas tradicionais de exclusão social e de segregação espacial possam ser minimizadas.

O Geoprocessamento representa uma ferramenta para a construção de um projeto de desenvolvimento local, entendido aqui como es-

tratégia que procura reunir experiências bem sucedidas e anseios dos diversos atores sociais envolvidos no espaço. Em decorrência disso, o Geoprocessamento pode representar um subsídio para a tomada de decisões, tanto na visão do poder público como da sociedade civil organizada.

Com o Geoprocessamento, muda-se a forma de coletar, utilizar e disseminar a informação, ou seja, a semiótica convencional (uso de cartas analógicas com limitações intrínsecas), cede lugar à semiótica digital, segundo a qual o mapa não é simplesmente para ser visto, mas também para servir de objeto de análise e para balizar tomadas de decisão (Xavier-da-Silva, 1999b).

O Geoprocessamento, como ferramenta de suporte ao planejamento urbano, permite manusear e integrar uma quantidade cada vez maior e mais diversificada de dados – digitais ou não – que vem sendo produzida ao longo do tempo, derivada de diversas fontes, em diferentes formatos e escalas. Contribui para aumentar o nível de interação entre variáveis, processos e escalas e possibilita visualizar espacialmente diversos tipos de análises, assim como índices ou indicadores que refletem a ocupação do espaço urbano em diferentes épocas (Ribeiro, 1997; Veiga, 1999).

É justamente na “escala local” que o Geoprocessamento encontra um campo fértil de aplicação, dando suporte às ações e às estratégias de desenvolvimento. Além disso, essa ferramenta contempla a análise espacial em ambiente urbano, porque permite a espacialização do tecido sócio-político da cidade, no qual os reflexos das ações e das estratégias de desenvolvimento são mais visíveis e mensuráveis. Buscando-se uma análise espacial ainda mais detalhada desse ambiente, utiliza-se a “escala intra-urbana”, a qual reflete e representa os fenômenos mais expressivos de uma ou mais comunidades urbanas (Veiga, 1999).

No entanto, o recorte espacial local deve ressaltar as diferenciações internas entre as comunidades urbanas e jamais deve ser tomado como sinô-

nimo de homogêneo. Assim, quaisquer iniciativas ou projetos preocupados em agir localmente devem também estar atentos para a multiplicidade de elementos divisores e agregadores que atuam no universo recortado (Vianna et al, 1999).

O Geoprocessamento permite individualizar cada “espaço”, por meio de suas características ou assinaturas, para que se possa nele atuar mais confiavelmente, além de discernir e explicitar os fenômenos que nele ocorrem, com base em análises mais concretas e rigorosas, minimizando interferências. A possibilidade de processar geograficamente informações confiáveis, precisas e rapidamente acessíveis para a elaboração de ações e de estratégias necessárias à gestão do espaço urbano, compatíveis com as características particulares de cada sociedade e do espaço por ela ocupado ou “produzido” é, sem dúvida, a contribuição maior do geoprocessamento (Veiga, 1999).

NOTAS

- * Este artigo é parte de um capítulo da Monografia do Curso de Especialização em Geoprocessamento - CEGEOP (*Lato Sensu*) do Laboratório de Geoprocessamento - LAGEOP/Departamento de Geografia/IGEO/UFRJ. A Monografia é intitulada “Análise da Qualidade de Vida por meio do Geoprocessamento na “Grande Tijuca”, Município do Rio de Janeiro (RJ), concluída em 2000.
- ** Professora Assistente e Procientista do Departamento de Geografia/IGEO/UERJ
- 1 Villaça (1999) efetua um resgate histórico acerca do planejamento urbano do Brasil das décadas recentes, procurando explicitar sua natureza, seu verdadeiro papel, sua sobrevivência e suas transformações.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. C. *A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal 1997. .
GRAZIA, G.; MOTTA, A.; SANTOS, A. A. M. A sustentabilidade do modelo urbano brasileiro: um desafio-RJ. *Projeto Brasil Sustentável e Democrático*. FASE/ IBASE, 128p., série cadernos temáticos n.5, 2001.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. *Revista Ambiente e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, 1º semestre, 1998, p. 11-99.

RIBEIRO, A. C. T. Universos em afastamento: planejamento, escalas da economia e sociedade. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XI, n.1 e 2, 1997, p. 235 - 250.

SANTOS, A. A. de M.; COSTA, A. J. S. T. da e RIBEIRO, M. F. Desenvolvimento Local e Vulnerabilidade Sócio-Ambiental. *Políticas Ambientais*, Rio de Janeiro: Agenda Social/IBASE, volume 22, p. 6-9, 1999.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Editora HUCITEC, 5. ed., 1997, 124 p.

SILVA, P. R. G. Qualidade de Vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local. IN: FISCHER, T. (org.) *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 208 p.

VAINER, C. B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia et al. *A cidade do pensamento único*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. p. 105-119.

VEIGA, T. C. *Geoprocessamento como instrumento de planejamento urbano*. Apostila da Disciplina “Planejamento Urbano”, Curso de Especialização em Geoprocessamento – CEGEOP, “Lato Sensu”. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 1999, Unidade 3, p.1 - 5.
_____. Comunicação oral. Disciplina “Planejamento Urbano”, Curso de Especialização em Geoprocessamento – CEGEOP, “Lato Sensu”, Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 1999.

VIANNA, A. de R. B., CARVALHO, C. A. e SERPA, C. B. *Projeto de Ação local Integrado - Tijuca, Andaraí, Grajaú, Vila Isabel, Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira e Maracanã* – Relatório de Trabalho – Caracterização e possibilidades de ação. Rio de Janeiro: Agenda Social Rio, 1999. 64 p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S. (Org). *O Processo de Urbanização do Brasil*, São Paulo: EDUSP, 1999. cap. 6, p. 169 - 243.

XAVIER-DA-SILVA, J. SGI: uma proposta metodológica. Apostila da disciplina Geoprocessamento. Curso de Especialização em Geoprocessamento/CEGEOP (“Lato Sensu”). Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 1999, CD-ROM, Unidade 95, p. 1 - 54.

XAVIER-DA-SILVA, J. Comunicação oral. Disciplina “Geoprocessamento”, Curso de Especialização em Geoprocessamento – CEGEOP, “Lato Sensu”, Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 1999.

ABSTRACT _____

This paper presents some concepts about social exclusion and quality of life, calling the attention for the importance the inclusion of the ambient dimension in the analytical procedures of studies that objective the evaluation of the quality of life, more particularly, in urban environments. This text also approaches the relation between the process of growth of the urban centers in the peripheral

countries and the quality of life of the population. Finally, the text also emphasizes the increasing importance of the Geoprocessing in studies of the urban environment, representing a strategical tool for the construction of a local development project, whereas can supply subsidies the taking of decisions.

KEYWORDS: _____

Quality of Life; Social exclusion; Urban environment; Geoprocessing.